

## Clima e capitalismo



Por **PEDRO HENRIQUE CAMPELLO TORRES\***

*O futuro não é uma abstração, mas um presente que se desfaz: negar a crise climática é recusar a realidade daqueles que já são devorados por ela*

### 1.

Nos últimos anos – e, mais recentemente, com a realização da COP 30 no Brasil – têm crescido, entre setores da esquerda e dos movimentos sociais, críticas à centralidade que a agenda climática vem assumindo no debate público. Argumenta-se que o foco nas mudanças climáticas desloca o essencial: a luta contra o capitalismo, verdadeiro motor da crise socioambiental. O problema é que esse tipo de oposição – entre “lutar pelo clima” e “lutar contra o capital” – é, ao mesmo tempo, conceitualmente equivocada e politicamente perigosa.

É evidente que o capitalismo, em sua lógica expansiva, produtivista e colonial, é o principal catalisador da contribuição antrópica à crise climática. O modo de produção que transforma tudo em mercadoria – inclusive a própria vida – é incompatível com os limites ecológicos do planeta.

A busca incessante por crescimento econômico, a financeirização da natureza, a precarização de vidas e territórios, tudo isso alimenta um modelo que só se sustenta ao custo da devastação. Reconhecer isso, contudo, não significa reduzir toda ação política à espera de uma revolução estrutural que, no curto prazo, não se anuncia – a não ser que escolhamos o caminho da paralisia enquanto a barbárie avança.

Ao mesmo tempo, é fundamental estar atento às formas pelas quais a agenda climática tem sido construída e apropriada. Há uma obrigação forçada para que movimentos sociais e populares se vejam compelidos a incorporar a pauta climática a qualquer custo, muitas vezes sendo empurrados para agendas que os afastam de suas lutas históricas e de suas próprias estratégias de resistência.

O risco é evidente: uma pauta vital pode transformar-se em ferramenta de neutralização da crítica e silenciamento político, caso seja utilizada para impor prioridades externas às realidades territoriais e aos sujeitos que vivenciam a crise ambiental na pele.

Por isso, distinguir o joio do trigo é tarefa estratégica. A luta por justiça climática não é homogênea e pode ser capturada por atores sociais e econômicos hegemônicos que buscam transformar o colapso ambiental em nova oportunidade de acumulação.

Prolifera-se, assim, o vocabulário do “capitalismo verde”: as chamadas “soluções baseadas na natureza”, que priorizam espaços de privilégio em detrimento das periferias e expulsam populações de seus territórios; os créditos de carbono, que convertem florestas em ativos financeiros; e o *greenwashing* corporativo, que mascara destruição com relatórios de sustentabilidade cuidadosamente editados. São mecanismos que, no limite, mantêm intocados os fundamentos da desigualdade que gerou o desastre climático.

### 2.

Enquanto isso, são trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras, a comunidade LGBTQIAPN+, povos originários e comunidades periféricas que sofrem os efeitos mais devastadores do colapso ambiental – sem serem os principais responsáveis por ele. Esses grupos se encontram na linha de frente das enchentes, das ondas de calor, da falta de água, da perda de moradia e trabalho.

# a terra é redonda

Propor políticas de adaptação, mitigação com a transversalidade da justiça climática antirracista, portanto, não é “ceder ao sistema”: é construir táticas urgentes para reduzir as perdas dos mais vulnerabilizados, evitando que o amanhã seja ainda mais restrito para quem já vive sob sobrevivência.

A crítica à agenda climática como “distração reformista” ignora que disputas táticas e transformações estruturais não são excludentes. A história dos movimentos sociais do século XX – das lutas anticoloniais ao feminismo, passando pelas mobilizações operárias e antirracistas – nos ensinou que é preciso combinar luta imediata com horizonte de emancipação. Abandonar ações concretas hoje sob o argumento de que “só a revolução resolverá” é, na prática, deixar que o capital defina sozinho os rumos do futuro.

Ignorar a gravidade da crise climática, ou tratá-la como secundária, é flertar com o negacionismo – terreno já fértil da extrema direita, que se alimenta do caos para aprofundar desigualdades, militarizar territórios e vigiar corpos. A indiferença progressista acaba, paradoxalmente, por reforçar a reação conservadora.

### 3.

O que está em jogo não é apenas a defesa de uma agenda ambiental, mas a luta pelas condições materiais para que qualquer projeto de transformação social possa existir. Como construir um movimento emancipatório se faltará água potável para milhões? Como garantir organização e poder popular quando desastres recorrentes destroem laços comunitários e empurram famílias para a precarização extrema? Como imaginar futuro emancipado quando até o direito de respirar ar limpo está em disputa?

O colapso climático já desenha fronteiras de morte: a cada chuva extrema, deslizamento, enchente ou onda de calor, é o povo preto, pobre, indígena e periférico que morre primeiro. Não é um futuro distante que está em risco, mas o presente que se desfaz diante de nós. Desconsiderar isso é recusar a própria realidade das vítimas que hoje sofrem perdas materiais e simbólicas incalculáveis.

Sem incorrer em anacronismos, é possível estabelecer um diálogo direto com o que Marx já denunciava em *O capital*: o capitalismo amplia suas forças produtivas ao mesmo tempo que destrói as bases que tornam a vida possível. “A produção capitalista só desenvolve a técnica [...] ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador”.

A crise climática atual é a materialização desse processo: uma dinâmica que intensifica desigualdades, esgota territórios e atinge de forma brutal quem menos contribuiu para o desastre – o povo trabalhador, racializado e periférico.

O mesmo Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, afirma que “a natureza é o corpo inorgânico do homem”, ressaltando que a existência humana depende radicalmente do equilíbrio ecológico. Logo, defender o planeta não é pauta secundária ou distração reformista: é proteger as condições materiais da própria luta emancipatória. Sem terra, água e ar que sustentem a vida, não há futuro a disputar – nem revolução possível a construir.

Portanto, a luta anticapitalista – e anti-imperialista – precisa aprender a respirar o ar rarefeito do século XXI: um ar literal e metaforicamente em crise. Lutar pela integridade dos territórios é lutar pela vida que sustenta toda forma de emancipação. Não se trata de escolher entre transformação estrutural ou adaptação emergencial – é necessário fazer as duas coisas ao mesmo tempo, com coragem, lucidez e enraizamento territorial.

A urgência climática, longe de ser obstáculo à radicalidade política, pode e deve ser catalisadora de alianças amplas, capazes de mobilizar indignações e esperanças. O que não pode é transformar-se em mercadoria ideológica ou moeda de troca corporativa.

A pergunta que se impõe permanece aberta: se a crise já está aqui, o que vamos fazer hoje diante disso?

# a terra é redonda

**\*Pedro Henrique Campello Torres** é professor Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus do Litoral Paulista.

**A Terra é Redonda** existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.

**CONTRIBUA**

A Terra é Redonda